



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
Rua Gonçalves Dias, Nº 1260 - Bairro Funcionários - CEP 30140-096 - Belo Horizonte - MG - www.tjmg.jus.br  
Andar: 6º

CONTRATO Nº 153/2023

GECONT/CONTRAT  
Ct. nº. 153/2023 (SIAD nº. 9387996)

CONTRATO  
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PROCESSAMENTO DE D A D O S EM NUVEM PÚBLICA NAS MODALIDADES PLATAFORMA COMO SERVIÇO (PAAS - PLATFORM AS A SERVICE) E INFRAESTRUTURA COMO SERVIÇO (IAAS - INFRASTRUCTURE AS A SERVICE ), INCLUINDO SUPORTE, QUE ENTRE SI CELEBRAM O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS, E A EMPRESA ORACLE DO BRASIL SISTEMAS LTDA.

O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS , a seguir denominado TRIBUNAL, com sede em Belo Horizonte/MG, na Av. Afonso Pena nº. 4.001, CNPJ nº. 21.154.554/0001-13, neste ato representado pela Juíza Auxiliar da Presidência, RAQUEL GOMES BARBOSA, conforme delegação de competência que lhe foi atribuída pela Portaria TJMG nº. 6.043/PR/2023, de 14 de março de 2023, e a empresa ORACLE DO BRASIL SISTEMAS LTDA., com filial em Belo Horizonte/MG, na Rua Sergipe, 1.440 - 11º Andar, Sala 102, Bairro Savassi, CEP: 30130-174, CNPJ nº. 59.456.277/0006-80, a seguir denominada apenas CONTRATADA, representada por seu Procurador, Sr. ANDRÉ SAVINO BENTO, CPF nº. 285.209.068-69, celebram o presente Contrato, decorrente do Processo SISUP nº. 416/2023 - Processo SIAD nº 351/2023 - Inexigibilidade de Licitação nº 36/2023, com fundamento no art. 25, caput, da Lei Federal nº. 8.666/93 e alterações posteriores, sujeitando-se as partes à Lei Estadual nº. 13.994/2001, regulamentada pelo Decreto Estadual nº. 45.902/2012 e alterações posteriores, além das demais disposições legais aplicáveis e às seguintes cláusulas e condições:

DO OBJETO

CLÁUSULA PRIMEIRA : O presente Contrato tem por objeto a Prestação de Serviços de Processamento de Dados em Nuvem Pública nas Modalidades Plataforma como Serviço (PAAS - PLATFORM AS A SERVICE ) e Infraestrutura como Serviço (IAAS - INFRASTRUCTURE AS A SERVICE), incluindo Suporte, conforme Pedido de Compra CPQ-2720851-I da CONTRATADA (Anexo I) e seus Anexos, partes integrantes e inseparáveis deste instrumento.

- 1.1. Constituem anexos deste Contrato:
- a. Anexo I (CPQ-2720851 - I) - Pedido de Compra datado de 18 de Abril de 2023;
  - b. Anexo II - Contrato de Serviços de Cloud da Oracle, previsto no link:  
[https://www.oracle.com/content/published/api/v1.1/assets/CONT2E05EFBFE2B848738E1A4176DDE54684/native/Oracle%20Cloud%20Services%20Agreement%20Oracle%20do%20Brasil%20Sistemas%20Limitada%20-%20Portuguese%20\(notarized\)%20-%20v040119.pdf?cb=cache\\_6fa2&channelToken=117bec9b3b4e4e90a1c4c9069d210baf&download=false](https://www.oracle.com/content/published/api/v1.1/assets/CONT2E05EFBFE2B848738E1A4176DDE54684/native/Oracle%20Cloud%20Services%20Agreement%20Oracle%20do%20Brasil%20Sistemas%20Limitada%20-%20Portuguese%20(notarized)%20-%20v040119.pdf?cb=cache_6fa2&channelToken=117bec9b3b4e4e90a1c4c9069d210baf&download=false)
  - c. Anexo III - Pilar do Serviço de Nuvem da Oracle, com original disponível em  
[https://www.oracle.com/content/published/api/v1.1/assets/CONT95B931480DF242229DF530A64F0D0245/native/Oracle%20PaaS%20and%20IaaS%20Public%20Cloud%20Services%20Agreement%20Oracle%20do%20Brasil%20Sistemas%20Limitada%20-%20Portuguese%20\(notarized\)%20-%20v040119.pdf?cb=cache\\_6fa2&channelToken=117bec9b3b4e4e90a1c4c9069d210baf&download=false](https://www.oracle.com/content/published/api/v1.1/assets/CONT95B931480DF242229DF530A64F0D0245/native/Oracle%20PaaS%20and%20IaaS%20Public%20Cloud%20Services%20Agreement%20Oracle%20do%20Brasil%20Sistemas%20Limitada%20-%20Portuguese%20(notarized)%20-%20v040119.pdf?cb=cache_6fa2&channelToken=117bec9b3b4e4e90a1c4c9069d210baf&download=false)
  - d. Anexo IV - Políticas de Hospedagem e Fornecimento de Cloud da Oracle, acessível em  
[https://www.oracle.com/content/published/api/v1.1/assets/CONT17F57BB09CA545A5BA6BEF73E8606223/native/Oracle%20Cloud%20Hosting%20and%20Delivery%20Portuguese%20\(BRA\).pdf?cb=cache\\_6fa2&channelToken=117bec9b3b4e4e90a1c4c9069d210baf&download=false](https://www.oracle.com/content/published/api/v1.1/assets/CONT17F57BB09CA545A5BA6BEF73E8606223/native/Oracle%20Cloud%20Hosting%20and%20Delivery%20Portuguese%20(BRA).pdf?cb=cache_6fa2&channelToken=117bec9b3b4e4e90a1c4c9069d210baf&download=false)
  - e. Composição dos serviços para a estimativa da quantidade total de créditos universais previstos no Anexo I deste Contrato:

Item	Serviço Cloud	Métrica
1	B95403 - Oracle Cloud Infrastructure - Network Firewall Instance	Instância por l
2	B95404 - Oracle Cloud Infrastructure - Network Firewall Data Processing (Over 10 terabytes per month)	GB de dado pi
3	B93030 - Oracle Cloud Infracstruture - Load Balancer Base	unidades por r
4	B93031 - Oracle Cloud Infrastructure - Load Balancer Bandwidth	1 mbps por m
5	B89057 - Oracle Cloud Infrastructure - File Storage	GB por mês
6	B91628 - Oracle Cloud Infrastructure - Object Storage - Storage - Over 10 Gigabytes Storage Capacity Per Month	GB por mês
7	B91627 - Oracle Cloud Infrastructure - Object Storage - Requests - Over 50,000 Requests Per Month	10000 requisio
8	B90327 - Oracle Cloud Infrastructure - DNS Traffic Management	1 milhão de q
9	B88525 - Oracle Cloud Infrastructure - DNS	1 milhão de q
10	B94176 - Compute - Standard - X9 - OCPU (OCPU Per Hour)	OCPU por ho
11	B94177 - Compute - Standard - X9 - Memory (Gigabyte Per Hour)	GB por hora
12	B91961 - Oracle Cloud Infrastructure - Block Volume Storage	GB por mês
13	B91962 - Oracle Cloud Infrastructure - Block Volume Performance	Unidades de p

14	B94277 - Oracle Cloud Infrastructure - Web Application Firewall - Requests (Greater than ten (10) million Incoming Requests Per Month)	1 milhão de re
15	B94579 - Oracle Cloud Infrastructure - Web Application Firewall - Instance (Greater than one (1) WAF Instance per month)	Instância WAF
16	B88326 - Oracle Cloud Infrastructure - FastConnect 10 Gbps	Porta por hora
17	B93380 - Exadata Cloud Infrastructure - Quarter Rack - X9M	Infraestrutura
18	B88592 - Oracle Cloud Infrastructure - Database Exadata Additional OCPU's	OCPU por hora
19	B95414 - Oracle Cloud VMware Solution - BM.DenseIO.E4.32 - 3 Year Commit****	OCPU por hora
20	B95181 - Oracle Cloud VMware Solution - BM.DenseIO.E4.64 - 3 Year Commit*	OCPU por hora
21	B95418 - Oracle Cloud VMware Solution - BM.DenseIO.E4.128 - 3 Year Commit*	OCPU por hora

1.2. Os documentos referenciados na cláusula anterior e/ou nos Anexos estão sujeitos a alterações ao exclusivo critério da CONTRATADA, sem, contudo, reduzir materialmente o nível de desempenho, funcionalidade, segurança ou disponibilidade dos Serviços objeto deste Contrato.

### **DA FISCALIZAÇÃO E DA EXECUÇÃO DO CONTRATO**

**CLÁUSULA SEGUNDA:** Observado o disposto no art. 67 da Lei Federal nº. 8.666/1993, o acompanhamento e a fiscalização dos serviços objeto deste Contrato serão geridos pelo servidor efetivo ocupante do cargo de Gerente da **Gerência de Infraestrutura Tecnológica - GETEC**, vinculada à **Diretoria Executiva de Informática - DIRFOR**, que designará formalmente o servidor efetivo a quem incumbirá a fiscalização contratual e a aferição qualitativa e quantitativa da execução do objeto contratado.

2.1. A administração e fiscalização pelo TRIBUNAL não excluem nem reduzem a responsabilidade da CONTRATADA pelo cumprimento das obrigações decorrentes deste instrumento.

2.2. A equipe de supervisão e fiscalização do TRIBUNAL deverá acompanhar a regularidade fiscal da CONTRATADA perante o CAGEF, durante toda a execução contratual, tomando as providências cabíveis junto a mesma, caso a manutenção dessa regularidade seja alterada.

2.2.1. A regularidade referida neste subitem abrange também a verificação dos seguintes cadastros:

- a) Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP;
- b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS;
- c) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa - CNIA;
- d) Cadastro de Fornecedores Impedidos de licitar e contratar com a Administração Pública Estadual – CAFIMP.

2.3. Os gestores/fiscais deste Contrato, no âmbito do TRIBUNAL, devem monitorar e reavaliar periodicamente os riscos de integridade da CONTRATADA.

2.4. A forma de comunicação entre os gestores e/ou fiscais do TRIBUNAL e o preposto da CONTRATADA deverá ser realizada, preferencialmente, pelo SEI.

2.5. O gestor deste Contrato poderá solicitar à CONTRATADA informações complementares para acompanhamento de questões relacionadas à sua Integridade.

### **DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES**

**CLÁUSULA TERCEIRA:** Constituem obrigações das partes:

#### **3.1. DO TRIBUNAL:**

3.1.1. Efetuar os pagamentos nas condições pactuadas neste Contrato.

3.1.2. Notificar a CONTRATADA para, no melhor dos seus esforços, corrigir as irregularidades encontradas na execução dos serviços, nos termos deste contrato e seus anexos.

3.1.3. Rejeitar os serviços realizados em desacordo com o previsto neste Contrato.

3.1.4. Prestar as informações e esclarecimentos solicitados pela CONTRATADA referente à execução do objeto deste Contrato.

3.1.5. Prover profissionais técnicos capacitados para auxiliar o(s) profissional(is) da CONTRATADA na execução das atividades pertinentes a este Contrato.

3.1.6. Indicar um profissional para acompanhar o(s) profissional(is) da CONTRATADA e servir de interface entre os grupos/departamentos, informações necessárias provenientes do TRIBUNAL.

3.1.7. Prover toda a documentação indispensável (técnicas, processos e organizacional), solicitada pelo(s) profissional(is) da CONTRATADA, para a execução das tarefas necessárias.

3.1.8. Prover um espaço físico adequado para o(s) profissional(is) da CONTRATADA, assim

como fornecer os suprimentos necessários, acesso à rede pública (telefone) e internet (via rede própria ou discada), caso haja necessidade.

3.1.9. Cumprir, de forma a não retardar os prazos da CONTRATADA, suas obrigações contratuais que constituam pré-requisitos para que a mesma cumpra suas próprias obrigações.

#### **3.2. DA CONTRATADA:**

3.2.1. Fornecer o objeto deste Contrato pelo preço estimado contratado, de acordo com os prazos fixados, com as especificações constantes deste Contrato e seus anexos.

3.2.2. Executar os serviços, com esmero e perfeição, utilizando pessoal especializado, de acordo com as cláusulas deste Contrato e com estrita observância à proposta apresentada.

3.2.3. Manter, durante toda a execução deste Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas para a contratação, devendo comunicar ao TRIBUNAL qualquer anormalidades de caráter urgente, prestando os esclarecimentos necessários.

3.2.4. Prestar os serviços dentro dos parâmetros estabelecidos neste Contrato e seus anexos, comunicando ao TRIBUNAL qualquer anormalidade de caráter urgente, prestando os esclarecimentos necessários.

- 3.2.5.** Informar ao Gestor do TRIBUNAL, quando solicitado por esse, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas que impeçam ou dificultem a execução dos serviços.
- 3.2.6.** Indicar, no ato da assinatura deste Contrato, e sempre que ocorrer alteração, um representante da empresa em Belo Horizonte/MG, informando endereço, telefone e e-mail, para representá-la perante o TRIBUNAL, acompanhar e fiscalizar a execução deste Instrumento.
- 3.2.7.** Responder pelos danos materiais diretos, exceto lucros cessantes, que causar ao TRIBUNAL, limitados aos valores totais efetivamente pagos, sob o Anexo I, pelos serviços que deram origem à responsabilidade durante os 12 (doze) meses imediatamente anteriores ao evento que deu origem a tal responsabilidade, sob o respectivo Anexo I.
- 3.2.7.1.** Para garantia do ressarcimento do dano direto, total ou parcial, tem o TRIBUNAL o direito de retenção sobre o pagamento relacionado a esta contratação, devido à CONTRATADA, após o devido processo legal.
- 3.2.8.** Responsabilizar-se por todas as obrigações e encargos decorrentes das relações de trabalho com os profissionais contratados, previstos na legislação pátria vigente, sejam de âmbito trabalhista, previdenciário, social, securitários, bem como com as taxas, impostos e quaisquer outros que incidam ou venham a incidir sobre a prestação de serviços ora contratados.
- 3.2.9.** Fornecer no prazo acordado ente as partes as informações e os esclarecimentos técnicos solicitados pelo TRIBUNAL sobre a execução dos trabalhos.
- 3.2.10.** Manter sigilo, sob pena de responsabilidade civil, penal e administrativa, sobre todo e qualquer assunto de interesse do TRIBUNAL ou de terceiros, de que tomar conhecimento em razão da execução do objeto deste Contrato, por um período de 3 (três) anos a partir da data de divulgação da informação identificada como confidencial, devendo orientar seus empregados nesse sentido
- 3.2.10.1.** A CONTRATADA fica proibida de veicular, comercializar, demonstrar ou usar como “CASE” de apresentação de marketing da empresa, os dados do TRIBUNAL, sem a prévia autorização por escrito do mesmo.
- 3.2.11.** Conhecer as normas e procedimentos de segurança do TRIBUNAL, devendo a CONTRATADA vincular-se à sua Política de Segurança da Informação.
- 3.2.12.** Sujeitar-se à fiscalização do TRIBUNAL, quanto ao acompanhamento do cumprimento das obrigações pactuadas, prestando-lhe todos os esclarecimentos solicitados, bem como atendendo às reclamações consideradas procedentes, na extensão ao disposto neste Contrato.
- 3.2.13.** Disponibilizar acesso à documentação completa, os manuais de administração, instalação e de gerenciamento de forma eletrônica através da central de ajuda on-line (doc.oracle.com).
- 3.2.14.** Disponibilizar central de atendimento onde serão registrados e atendidos os chamados dos serviços objeto deste Contrato, sendo que o atendimento telefônico será prioritário.
- 3.2.14.1.** A central de atendimento deverá ser disponibilizada por meio de linha telefônica gratuita 0800 e por meio de sistema informatizado via web (support.oracle.com), 24 (vinte e quatro) horas por dia, 07 (sete) dias por semana, inclusive feriados, para abertura de chamados técnicos, objetivando o esclarecimento de problemas e dúvidas quanto ao funcionamento dos chamados.
- 3.2.15.** O número de chamados para o suporte deverá ser ilimitado e não poderá haver restrições, por parte da CONTRATADA, de quantidade de horas despendidas para atendimento.
- 3.2.15.1.** Garantir tecnicamente os serviços prestados, nesse caso relacionados à qualidade dos produtos e a adequação plena ao seu funcionamento, conforme proposta da CONTRATADA.
- 3.2.16.** Disponibilizar as atualizações e patches de segurança dos serviços arrolados.
- 3.2.17.** Cumprir o disposto no inciso V do art. 27 da Lei Federal nº 8.666/1993.
- 3.2.18.** Manter, durante a vigência deste Contrato, sua regularidade fiscal perante o CAGEF, a ser aferida por meio da emissão de Certificado de Registro Cadastral (CRC).

#### **DA MANUTENÇÃO, DO SUPORTE TÉCNICO E DOS NÍVEIS DE ACORDO DE SERVIÇO - (NMS)**

**CLÁUSULA QUARTA:** A manutenção e o suporte técnico, objeto deste Contrato, serão realizados conforme descrito a seguir:

##### **4.1. MANUTENÇÃO E SUPORTE TÉCNICO:**

**4.1.1** A manutenção e o suporte técnico da solução deverão ser executados por profissionais devidamente capacitados e qualificados pelo FABRICANTE, nos termos da política de Política de Suporte de Cloud da Oracle, detalhada no Item 5 das Políticas de Hospedagem e Fornecimento de Cloud da Oracle, Anexo IV.

**4.1.2** Durante a vigência contratual deverão ser fornecidas atualizações de versões de todos os softwares que compõem o serviço fornecido, nos termos da política de Gerenciamento de Alterações de Cloud da Oracle, detalhada no Item 4.2 das Políticas de Hospedagem e Fornecimento de Cloud da Oracle, Anexo.

##### **4.2. NÍVEIS MÍNIMOS DE SERVIÇO – NMS:**

**4.3.1.** Os indicadores de qualidade de serviços e respectivos limiares relativos ao desempenho da CONTRATADA, no que diz respeito ao atendimento dos níveis de serviço contratados, estão estabelecidos no item 3 da documentação do Pilar do Serviço de Nuvem da Oracle Anexo III.

**4.3.2.** A periodicidade de aferição dos indicadores estabelecidos no acordo de nível de serviço encontra-se nos Níveis Mínimos de Serviço descritos nos Anexos deste Contrato;

#### **DOS PRAZOS**

**CLÁUSULA QUINTA** : O prazo de **vigência** deste Contrato será de **49 (quarenta e nove)** meses, contados a partir da data da última assinatura do presente Instrumento, podendo ser prorrogado por acordo entre as partes, mediante Termo Aditivo, observada a Lei Federal nº 8.666/1993.

**5.1.** O prazo de execução dos serviços será contado a partir do provisionamento dos serviços, o qual iniciar-se-á com a entrega das chaves de acesso pela CONTRATADA ao TRIBUNAL.

#### **DO VALOR DO CONTRATO**

**CLÁUSULA SEXTA** : O TRIBUNAL pagará à CONTRATADA o valor de **R\$ 86.501.094,62** (oitenta e seis milhões, quinhentos e um mil, noventa e quatro reais e sessenta e dois centavos), conforme discriminação abaixo:

**ITEM 1:** CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS EM NUVEM PÚBLICA NAS MODALIDADES PLATAFORMA COMO SERVIÇO (PAAS - *PLATFORM AS A SERVICE*) E INFRAESTRUTURA COMO SERVIÇO (IAAS – *INFRASTRUCTURE AS A SERVICE*), INCLUINDO SUPORTE, Fabricante/Marca ORACLE;

**OBSERVAÇÃO:** O quadro abaixo apresenta os valores estimados para pagamento dos serviços a serem contratados. A efetiva execução do pagamento se dará somente após a ativação dos serviços, nos termos do Anexo I.

Item	Descrição	1º Ano	2º Ano	3º Ano	4º Ano	Total
I	Serviço de nuvem pública Oracle com contingência (créditos universais)	R\$ 21.625.273,66	R\$ 21.625.273,66	R\$ 21.625.273,66	R\$ 21.625.273,66	R\$ 86.501.094,62

6.1. As despesas com a execução do presente Contrato correrão à conta da dotação orçamentária nº. **4031.02.061.706.2025.3.3.90.40.02** ou de outra que vier a ser consignada para este fim.

6.2. Os valores dos serviços prestados não serão passíveis de reajuste durante a vigência do contrato.

6.3. No valor acima estão inseridas todas as despesas, tributos e encargos, necessários à execução do objeto contratado.

#### **DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

**CLÁUSULA SÉTIMA:** A CONTRATADA apresentará mensalmente através do e-mail [getec.notaufiscal@tjmg.jus.br](mailto:getec.notaufiscal@tjmg.jus.br) da Gerência de Infraestrutura Tecnológica – GETEC, a Nota Fiscal, contendo discriminação clara e precisa do objeto contratado e seus elementos característicos, acompanhada do Certificado de Registro Cadastral (CRC) para comprovação da regularidade fiscal perante o CAGEF.

7.1 O TRIBUNAL providenciará o ateste na nota fiscal e o seu encaminhamento para pagamento em até 5 (cinco) dias úteis, contados a partir do seu recebimento.

7.2. O TRIBUNAL, identificando qualquer divergência, devolverá as Notas Fiscais à CONTRATADA para a devida regularização, sendo que o prazo estipulado no subitem 7.1 será contado a partir da reapresentação do documento com as devidas correções ou esclarecimentos.

7.3. O pagamento será depositado na conta bancária da CONTRATADA até o 7º (sétimo) dia útil após a emissão do Termo de Recebimento Definitivo ou o ateste no verso da Nota Fiscal por dois servidores da GETEC.

7.4. O TRIBUNAL se reserva o direito de descontar do pagamento relacionado a este Contrato, os eventuais débitos da CONTRATADA, inclusive os relacionados com multas e danos diretos contra terceiros, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

7.5. Somente serão pagos o objeto contratual efetivamente prestado e de acordo com as especificações que integram este Contrato.

7.6. A devolução da fatura não aprovada pelo TRIBUNAL em nenhuma hipótese servirá de pretexto para que a CONTRATADA suspenda a execução deste Contrato ou deixe de prestar o atendimento necessário.

7.7. Nenhum pagamento será efetuado estando pendente de liquidação qualquer obrigação da CONTRATADA, exceto a descrita no subitem 3.2.3 da Cláusula Terceira deste Contrato, sem que isso implique alteração do preço proposto, correção monetária, compensação financeira ou interrupção da prestação dos serviços.

7.8. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que os encargos moratórios devidos pelo TRIBUNAL, entre a última data prevista para pagamento e a correspondente ao efetivo adimplemento da parcela, serão pagos mediante solicitação da CONTRATADA, e calculados, “pro rata tempore”, por meio da aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

Na qual:

EM = Encargos monetários;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; VP = Valor da parcela em atraso;

I = índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:  $I = i/365$ , onde i = taxa percentual anual no valor de 6%.

7.9. Na hipótese de isenção/imunidade de algum tributo, a CONTRATADA deverá apresentar documentos comprobatórios, deduzindo este percentual do pagamento que lhe for devido.

7.9.1. No caso de isenção ainda não transitada em julgado, o valor será depositado em juízo até o término deste Contrato ou decisão terminativa.

#### **DO RECEBIMENTO PROVISÓRIO E DEFINITIVO**

**CLÁUSULA OITAVA:** Executado o serviço, o seu objeto será recebido na forma prevista no art. 73, inc. I da Lei Federal nº. 8.666/1993.

8.1. O recebimento do serviço deste Contrato não exclui a responsabilidade civil a ele relativo, nem a ético-profissional, pela sua perfeita execução.

8.2. Cumpridas todas as condições previstas neste presente instrumento, será lavrado o Termo

de Recebimento Definitivo, que poderá ser substituído pelo ateste no verso da Nota Fiscal, efetuado por 02 (dois) servidores da GETEC/DIRFOR.

8.3. Caso sejam insatisfatórias as condições de recebimento, será lavrado Termo de Recusa, no qual se consignarão as desconformidades, devendo o objeto rejeitado ser substituído/refeito de acordo com os prazos estabelecidos neste Contrato, quando serão realizadas novamente as verificações antes referidas.

8.4. Caso o serviço não ocorra no prazo determinado, estará a CONTRATADA incorrendo em atraso na entrega e sujeita à aplicação das sanções previstas neste Contrato.

#### **DA HIPÓTESE DE ALTERAÇÃO DAS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO JURÍDICA**

**CLÁUSULA NONA:** Na hipótese de alteração das condições de habilitação jurídica da CONTRATADA, mediante fusão, cisão, incorporação ou associação com outrem, desde que resulte na incapacidade técnica da CONTRATADA, o TRIBUNAL se reserva o direito de rescindir este Contrato ou continuar sua execução com empresa resultante da alteração social, mediante termo de cessão a ser firmado entre as partes interessadas.

9.1. Em qualquer dessas hipóteses, quando solicitado pelo TRIBUNAL, a CONTRATADA deverá entregar a documentação comprobatória da alteração, devidamente registrada.

9.1.1. A não apresentação do comprovante, em até 10 (dez) dias úteis após o pedido da alteração social ocorrida, implicará na aplicação da sanção de advertência e, persistindo a situação, poderá ser rescindido este Contrato por culpa da CONTRATADA, com a aplicação da multa e das demais sanções previstas neste Contrato e em lei para essa hipótese.

#### **DAS VEDAÇÕES**

**CLÁUSULA DÉCIMA:** É vedado à CONTRATADA caucionar ou utilizar este Contrato para qualquer operação financeira, bem como:

**10.1.** Interromper a execução dos serviços sob alegação de inadimplemento por parte do TRIBUNAL, salvo nos casos previstos em lei.

**10.2.** Subcontratar o todo ou parte do serviço, ensejando tal ato sanções administrativas e rescisão previstas neste Contrato.

#### **DA ALTERAÇÃO**

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA:** Este Contrato poderá ser alterado nas hipóteses previstas no art. 65 da Lei Federal nº. 8.666/1993, ficando a CONTRATADA obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos e supressões do objeto, observados os termos legais, sem que isso implique aumento do preço proposto.

#### **DA RESCISÃO**

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA:** O presente Contrato poderá ser rescindido nas hipóteses previstas no art. 77 e seguintes da Lei Federal nº. 8.666/1993, bem como:

**a)** Por ato unilateral e escrito do TRIBUNAL, independente de aviso, interpelação ou notificação judicial, nos casos enumerados no artigo 78 e 79 da Lei 8.666/1993.

**b)** Por acordo entre as partes, reduzido a termo, desde que conveniente para o TRIBUNAL.

**c)** Por incapacidade, desaparecimento ou inidoneidade revelados pela CONTRATADA durante o fornecimento objeto deste Contrato.

**d)** Por atrasos frequentes e injustificados no fornecimento contratual, bem como recusa da CONTRATADA em fornecê-los.

**12.1.** No caso de rescisão unilateral, o TRIBUNAL não indenizará a CONTRATADA, salvo pelo fornecimento já realizado até o momento da rescisão.

**12.2.** A rescisão contratual, no caso de a CONTRATADA praticar atos lesivos ao TRIBUNAL, será precedida do devido Processo Administrativo sancionatório e/ou Processo Administrativo de Responsabilização (Resolução nº. 880/2018 deste TRIBUNAL).

#### **DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA:** Pela inexecução total ou parcial do objeto deste Contrato, execução insatisfatória do serviço, demora na execução, erro de execução, evidência de incapacidade técnico operacional, inidoneidade de informações prestadas à Fiscalização, bem como, inadimplemento de quaisquer outros requisitos previstos neste instrumento, o TRIBUNAL poderá aplicar à CONTRATADA, após regular processo administrativo, garantido o direito ao contraditório e à ampla defesa, as seguintes sanções:

**a) advertência,** por escrito, informando-a sobre o descumprimento de quaisquer obrigações assumidas e a determinação da adoção das necessárias medidas de correção;

**b) multa,** observados os seguintes limites:

**b.1)** até 0,3% (três décimos por cento) por dia, até o trigésimo dia de atraso, sobre o valor do serviço não realizado;

**b.2)** até 20% (vinte por cento) sobre o valor do serviço não realizado, no caso de atraso superior a 30 (trinta) dias, ou entrega de objeto com vícios ou defeitos ocultos que o tornem impróprio ao uso a que é destinado, ou diminuam-lhe o valor ou, ainda, fora das especificações contratadas, com a possível rescisão contratual;

**b.3)** até 2% (dois por cento) sobre o valor total deste Contrato, em caso de descumprimento das demais obrigações contratuais ou normas da legislação pertinente.

**b.4)** até 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato, em caso de recusa da CONTRATADA em efetuar o reforço da garantia.

**c) Suspensão temporária do direito de licitar e de contratar** com a Administração Pública, por prazo não superior a dois anos.

**d) Declaração de inidoneidade** para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação da prestadora do serviço perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir a Administração Pública pelos prejuízos resultantes de sua ação ou omissão, obedecido o disposto no inciso II do art. 54 do Decreto Estadual nº. 45.902/2012.

**13.1.** São consideradas situações caracterizadoras de descumprimento total ou parcial das obrigações contratuais, dentre outras:

**13.1.1.** Não atendimento às especificações técnicas relativas ao objeto previsto em Contrato ou instrumento equivalente.

**13.1.2.** Retardamento imotivado da execução do objeto.

**13.1.3.** Paralisação da execução do objeto, sem justa causa e prévia comunicação ao TRIBUNAL.

**13.1.4.** Alteração de qualidade ou quantidade do objeto entregue.

**13.2.** A sanção de multa poderá ser aplicada cumulativamente às demais sanções previstas nas alíneas “a”, “c” e “d” do *caput* desta cláusula.

**13.3.** O valor da multa aplicada deverá ser recolhido no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da data da notificação da sanção.

**13.3.1.** Na hipótese de multa contratual, se esta não for recolhida no prazo estabelecido no subitem 13.3 acima, o valor da multa aplicada poderá ser descontado de pagamentos eventualmente devidos à CONTRATADA relativos a este Contrato e/ou cobrada judicialmente.

**13.4.** As sanções serão obrigatoriamente registradas no Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com a Administração Pública Estadual - CAFIMP, devendo a CONTRATADA ser descredenciada junto ao Cadastro de Fornecedores do órgão ou entidade promotora desta contratação, por igual período, sem prejuízo das multas previstas neste Contrato e das demais cominações legais.

**13.5.** Os instrumentos de defesa prévia e de recursos eventualmente interpostos pela CONTRATADA deverão ser instruídos com os documentos hábeis à prova das alegações neles contidas.

**13.6.** Os referidos documentos probatórios deverão ser apresentados em suas versões originais ou em versões autenticadas por servidores da Administração, mediante prévio recolhimento das despesas, em casos de requisição de cópia, sob pena de, a critério do TRIBUNAL, não serem analisados.

**13.7.** Sem prejuízo das sanções previstas neste Contrato, os atos lesivos à Administração Pública previstos na Lei Federal nº. 12.846/2013, sujeitarão os infratores às penalidades previstas na referida lei, conforme disposições da Resolução nº. 880/2018 do Órgão Especial deste TRIBUNAL, que institui e regulamenta o Processo Administrativo de Responsabilização - PAR no âmbito do Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais e do Manual do Processo Administrativo de Responsabilização - PAR, instituído pela Portaria nº. 4.713/PR/2020 deste TRIBUNAL.

#### **DA GARANTIA**

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA:** A CONTRATADA deverá entregar na **Diretoria Executiva de Finanças e Execução Orçamentária**, situada à Rua Gonçalves Dias, nº. 1.260, 9º andar, Funcionários, Belo Horizonte/MG, no prazo de 15 (quinze) dias **consecutivos**, contados a partir da autorização de início dos

serviços, comprovante de garantia na modalidade **Fiança Bancária** no valor de **R\$ 4.325.054,72 (quatro milhões trezentos e vinte e cinco mil e cinquenta e quatro reais e setenta e dois centavos)**, correspondente a 5% (cinco por cento) do valor deste ajuste, podendo ser acrescido em razão do disposto no item 14.1, como forma de garantir a perfeita execução do seu objeto.

**14.1.** A vigência da garantia ofertada deverá abranger toda a vigência deste Contrato e seu valor corresponderá sempre a 5% (cinco por cento) do valor total contratual, ou seja, valor inicial mais os termos aditivos formalizados.

**14.2.** A prorrogação da vigência deste Contrato, fundada no art. 57, § 1º da Lei Federal nº. 8.666/93, obriga a CONTRATADA a prorrogar a vigência da garantia inicialmente ofertada, para cada etapa deste Contrato, ou prestar nova garantia, observando que:

a. o valor corresponderá ao período aditado.

b. a nova vigência deverá abranger todo o período acrescido, cabendo à CONTRATADA prestá-la ao TRIBUNAL no prazo de até 15 (quinze) dias, contados a partir da publicação do extrato do respectivo Termo Aditivo.

**14.3.** A garantia responderá pelo fiel cumprimento das disposições deste Contrato, inclusive pela sanção pecuniária prevista neste instrumento, aplicada após regular e competente processo administrativo.

**14.3.1.** No caso de Carta de Fiança e Seguro-Garantia, deverá constar expressamente na carta ou apólice que o garantidor responderá pelo inadimplemento contratual praticado dentro da vigência da garantia, ainda que a decisão final condenatória do processo administrativo ocorra após seu término.

**14.4.** A execução da garantia em razão de multa sancionatória não inviabiliza a aplicação desta em valor superior ao da garantia prestada.

**14.5.** A CONTRATADA se obriga a manter o valor da garantia em compatibilidade com o percentual estabelecido no subitem 14.1 desta Cláusula, relativamente ao valor atualizado deste Contrato, devendo promover essa complementação de garantia e apresentar ao TRIBUNAL no prazo de até 15 (quinze) dias, contados a partir da publicação do extrato do respectivo Termo Aditivo.

**14.5.1.** O garantidor deverá ser informado pela CONTRATADA, previamente à formalização de termo aditivo, para evitar a perda da validade da garantia vigente.

**14.6.** Se o valor da garantia for utilizado, total ou parcialmente, em pagamento de qualquer obrigação ou penalidade, a CONTRATADA deverá proceder à respectiva reposição ou prestar nova garantia, no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contados a partir da data da dedução.

**14.7.** Havendo garantia, após a emissão do Termo de Recebimento Definitivo deste Contrato, competirá à CONTRATADA formular ao TRIBUNAL o pedido de liberação ou restituição junto à DIRFIN/COFINS.

**14.7.1.** A devolução da garantia não exime a CONTRATADA das responsabilidades civis e penais oriundas da execução do objeto contratual.

**14.8.** O TRIBUNAL, no decorrer da execução contratual, poderá autorizar a substituição da garantia inicialmente ofertada se, cumulativamente a CONTRATADA comunicar ao TRIBUNAL prévia e justificadamente essa intenção;

a) a fiscalização do TRIBUNAL declarar inexistir descumprimento de cláusula contratual de responsabilidade da CONTRATADA, bem como pendências relativas à execução do objeto ou que foi instaurado, ou em vias de instauração, qualquer procedimento administrativo visando à apuração de responsabilidade da CONTRATADA;

b) a substituição for por modalidade estabelecida no §1º do art. 56 da Lei Federal nº. 8.666, de 1993;

c) a nova garantia prestada deverá preencher os requisitos inicialmente previstos neste Contrato;

d) no caso de Fiança bancária e Seguro-Garantia, existir expressamente previsão da cobertura de eventual inadimplência ocorrida na vigência da garantia substituída, ainda que o fato venha a ser apurado posteriormente ou, ainda, a garantia substituta tenha vigência igual à da substituída.

**14.9.** É vedada a inclusão de cláusula de proporcionalidade nos casos de seguro garantia e carta de fiança bancária.

**14.10.** No caso de rescisão deste Contrato por culpa da CONTRATADA, a garantia será executada para ressarcimento ao TRIBUNAL dos valores das multas e indenizações a este devidos, sujeitando-se ainda, a CONTRATADA, a outras penalidades previstas na Lei Federal nº. 8.666/1993.

#### **DA ANTICORRUPÇÃO**

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA:** A CONTRATADA declara conhecer as normas de prevenção à corrupção previstas na legislação brasileira, dentre elas a Lei federal nº 12.846/13 e seus regulamentos que lhe são legalmente aplicáveis, e se compromete, por si e por seus sócios, administradores e colaboradores por atos que estejam vinculados a este contrato, a cumpri-las fielmente, e observando os princípios da legalidade, moralidade, probidade, lealdade, confidencialidade, transparência e eficiência, valores preconizados no Código de Conduta do TRIBUNAL.

**15.1.** A CONTRATADA deverá dar conhecimento aos funcionários de seus respectivos quadros que participarão da execução contratual, sobre o Programa de Integridade do TRIBUNAL e sobre as demais normas editadas por este TRIBUNAL sobre o tema que forem formalmente informadas à CONTRATADA.

#### **DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS**

**CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA:** É dever das partes contratantes observar e cumprir as regras impostas pela Lei Federal nº 13.709/18 (LGPD), suas alterações e regulamentações posteriores, devendo ser observadas, no tratamento de dados, no âmbito do TRIBUNAL, a respectiva finalidade específica, a consonância ao interesse público e a competência administrativa aplicável.

**16.1.** No contexto desta contratação figura a CONTRATADA como operadora e o TRIBUNAL como controladora de dados eventualmente compartilhados.

**CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA:** É vedada à CONTRATADA a utilização de dados pessoais repassados em decorrência da contratação para finalidade distinta daquela do objeto do Contrato, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal.

**17.1.** A CONTRATADA deverá adotar e manter medidas de segurança, técnicas e administrativas aptas a proteger os dados pessoais armazenados, processados ou transmitidos em decorrência deste Contrato contra acessos não autorizados e situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, vazamento ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito.

**17.1.1.** Caberá à CONTRATADA implantar política para tratamento, com ênfase na prevenção ao vazamento de dados, comprometendo-se a manter o sigilo e a confidencialidade de todas as informações repassadas em decorrência da execução contratual.

**17.1.2.** A CONTRATADA compromete-se ao correto processamento e armazenamento dos dados pessoais a ele atribuídos em razão de eventuais relações trabalhistas e/ou contratuais havidas em decorrência da contratação por este TRIBUNAL.

**17.1.3.** A CONTRATADA deverá adotar as medidas de segurança e proteção dos dados pessoais porventura recebidos durante e após o encerramento da vigência do pacto administrativo celebrado com o TRIBUNAL, com vistas, principalmente, a dar cumprimento às obrigações legais ou regulatórias do controlador, respeitando os prazos legais trabalhistas, previdenciários e fiscais para a guarda de tais dados, nos termos do art. 16, inciso I, da Lei Federal nº 13.709/18.

**17.2.** A CONTRATADA deverá comunicar, em um prazo de até 24 horas ao TRIBUNAL, a ocorrência de incidente de segurança que possa acarretar risco ou dano relevante ao titular dos dados, em consonância com as providências dispostas no art. 48 da Lei Federal nº 13.709/18.

**17.3.** Para a execução do objeto deste Contrato, em observância ao disposto na Lei Federal nº 13.709/2018 (LGPD), na Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal) e na Lei Federal nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação) e ao princípio da transparência, a CONTRATADA e seu(s) representante(s) fica(m) ciente(s) do acesso e da divulgação, por este TRIBUNAL, de seus dados pessoais, tais como número do CPF, RG, estado civil, endereço comercial, endereço residencial e endereço eletrônico.

**DA PUBLICAÇÃO**

**CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA:** A eficácia deste Contrato decorrerá da publicação de seu extrato no órgão de comunicação oficial do Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais ("Diário Judiciário Eletrônico").

**DO FORO**

**CLÁUSULA DÉCIMA NONA:** As partes elegem o Foro da Comarca de Belo Horizonte para dirimir quaisquer dúvidas ou litígios eventualmente emergentes em decorrência do presente Contrato.

E, por estarem de acordo, assinam as partes o presente Instrumento eletronicamente, no Sistema Eletrônico de Informações do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais.

Belo Horizonte,

**PELO TRIBUNAL:**

RAQUEL GOMES BARBOSA  
Juíza Auxiliar da Presidência

**PELA CONTRATADA:**

ANDRÉ SAVINO BENTO  
Procurador

GESTOR: GETEC  
VAS  
jsa



Documento assinado eletronicamente por **Andre Savino Bento, Usuário Externo**, em 24/05/2023, às 19:00, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Raquel Gomes Barbosa, Juiz(a) Auxiliar da Presidência**, em 25/05/2023, às 09:08, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.tjmg.jus.br/autenticidade> informando o código verificador **14120381** e o código CRC **74F4C4AC**.